



2012 – UM ANO DE SACRÍFICIOS E DE DESIGUALDADES

2013 SÓ SERÁ DIFERENTE COM POLÍTICAS DIFERENTES

O ano de 2012 foi muito difícil para todos os portugueses e especialmente para os trabalhadores, para os pensionistas, para os desempregados e para os jovens à procura de emprego.

O desemprego continua a aumentar fortemente e atinge hoje níveis desconhecidos e insustentáveis. Não obstante ter aumentado em todos os grupos etários, não podemos deixar de salientar como muito alarmante o desemprego jovem – hoje em torno dos 40%- e o forte peso do desemprego de longa duração, potenciando e agravando a exclusão económica e social.

A produção (PIB) voltou a decrescer significativamente e tem na sua génese uma política de austeridade profunda e a redução real dos rendimentos das famílias, com impactos muito negativos no consumo privado. A falta de mercado interno é apontada pelas empresas como o principal constrangimento à actividade económica e à manutenção e criação de emprego. As exportações têm tido um contributo positivo, mas claramente insuficiente para estimular a economia e sobretudo para criar postos de trabalho em número suficiente que permitam a redução do desemprego.

As dificuldades económicas e sociais agravam-se. Os salários, em especial dos trabalhadores da Administração Pública, e as pensões voltaram a sofrer cortes importantes, o que a par de um aumento dos impostos conduziu novamente a perdas do poder de compra. Há hoje pessoas a viver numa situação de claro desespero.

Portugal continua a ser um dos países com maior desigualdade na distribuição dos rendimentos – os mais ricos continuam a ver os seus rendimentos crescerem, ao mesmo tempo que os rendimentos médios e baixos continuam a ser “esmagados” pelas políticas salariais e fiscais. O risco de pobreza no seio dos trabalhadores voltou a agravar-se.

O Governo, apoiado por vezes nos compromissos assumidos com a Troika, mas indo em muitas matérias muito claramente além daqueles, tem continuado a tentar impor uma agenda ideológica marcada pela desregulação social e laboral e pela redução da intervenção do Estado, pondo nomeadamente em causa o próprio Estado Social.

O aumento do horário de trabalho em meia hora por semana ou a redução da TSU para as empresas à custa de uma redução de 7% dos salários dos trabalhadores são propostas bem elucidativas desta estratégia. Foram medidas rejeitadas e fortemente contestadas pela UGT- lutámos contra elas e conseguimos impedir a sua implementação.

Noutras situações, como na esfera laboral ou de protecção no desemprego, conseguimos atenuar os impactos negativos de medidas acordadas com a Troika.

No início do ano, assinámos o Compromisso Tripartido para o Crescimento, a Competitividade e o Emprego, com o objectivo de travar a desregulação social, de defender o Estado Social, de defender políticas de crescimento e de emprego, mas também de criar um efectivo espaço para o diálogo e a negociação das políticas económica e sociais. Também por esta via nos batemos contra a política de “quero, posso e mando” do Governo.

Nem sempre a nossa acção e luta evitou a implementação de políticas e medidas lesivas dos interesses de trabalhadores e pensionistas.

Em 2012, foram suspensos os pagamentos do 13º e 14º meses aos trabalhadores da Administração Pública e a muitos pensionistas, suspensão que aliás se irá manter parcialmente em 2013, apesar da decisão do Tribunal Constitucional.

O salário mínimo, que tem um papel determinante na promoção de condições de vida dignas e no combate à pobreza, permanece inalterado desde Janeiro de 2011 quando foi actualizado para 485€.

A negociação colectiva, instrumento fundamental de regulação das condições de trabalho, tem sido sistematicamente posta em causa pelo Governo, em claro desrespeito pela autonomia dos parceiros sociais -sindicais e empresariais.

No final do ano foi aprovado um dos Orçamentos do Estado mais austeros de que há memória, que integra um brutal agravamento da carga fiscal, especialmente em sede de IRS, pondo em causa princípios fundamentais como o da progressividade dos impostos. Continuam a ser os trabalhadores e os pensionistas a pagar a crise.

É um Orçamento de forte insensibilidade social, omisso em termos de políticas de crescimento económico, de emprego e de combate à pobreza e à exclusão.

É um Orçamento de austeridade que não só agrava as condições de vida dos trabalhadores, como agrava a recessão económica, pondo em risco o cumprimento das metas orçamentais.

Não podemos portanto continuar a ter políticas de redução de salários e pensões que levam ao empobrecimento dos portugueses e que apenas contribuem para aumentar as desigualdades. Tal como não podemos aceitar a ideia de que continuem a ser pedidos mais sacrifícios sempre aos mesmos - os trabalhadores e os pensionistas.

A UGT não aceita que o Governo continue a adiar políticas de crescimento e de dinamização económica.

Não aceitamos a passividade do Governo no que concerne a promoção do emprego e de combate ao desemprego e que os jovens e os desempregados sejam empurrados para a emigração.

Consideramos ainda inaceitável a decisão do Governo de promover um corte de 4 mil milhões de euros na despesa (decisão a tomar até Fevereiro de 2013), o que irá inequivocamente pôr em causa o Estado Social e agravar ainda mais a austeridade existente no OE 2013.

Para a UGT, o debate sobre o Estado Social é importante, devendo mobilizar Partidos Políticos e a Sociedade Civil, num processo transparente e participado, mas que não pode ter como ponto de partida nem conduzido numa perspectiva meramente economicista e de redução de despesa, como pretende o Governo.

O debate sobre o Estado Social tem de ter presente a melhoria do funcionamento e da eficiência da Administração Pública, a qualidade dos serviços prestados bem como a sustentabilidade financeira em geral e em especial a da segurança social, otimizando os recursos públicos e assegurando a igualdade de oportunidades aos portugueses.

O País precisa de políticas económicas e sociais com maior sensibilidade social, construindo-se soluções que respondam às necessidades das pessoas e não apenas às das empresas, que assegurem um Estado com verdadeira dimensão social capaz de responder aos desafios nas áreas da Educação, da Saúde e da Proteção Social e que garantam uma efectiva igualdade de oportunidades.

O ano de 2013 vai ser mais um ano muito difícil para os portugueses. Para promover um melhor futuro, a UGT continuará a defender:

- Políticas de Crescimento e de Emprego;
- Políticas que melhorem os salários, em especial o salário mínimo e as pensões;
- A sustentabilidade da Segurança Social, exigindo ao Governo o pleno respeito pela autonomia do regime contributivo da Segurança Social;
- A Negociação Colectiva, a Participação e o Diálogo Social;
- O Estado Social.

Precisamos dessas políticas para dar maior esperança e confiança aos portugueses, particularmente aos mais desfavorecidos.

Precisamos dessas políticas para vencermos as dificuldades de 2013, avançando verdadeira e conjuntamente na construção de um País mais desenvolvido, mais justo e mais solidário.

27-12-2012